



Ministério da Educação – Brasil
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM
Minas Gerais – Brasil
Revista Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas
Reg.: 120.2.095 – 2011 – UFVJM
ISSN: 2238-6424
QUALIS/CAPEs – LATINDEX
Nº. 06 – Ano III – 10/2014

Guerras de memórias nos meios de comunicação: cartografando controvérsias nas produções fílmicas e jornalísticas sobre o Regime Militar (1964-1985)

Allysson Viana Martins

Doutorando em Comunicação e Cultura Contemporânea na
Universidade Federal da Bahia - UFBA - Brasil

<http://lattes.cnpq.br/4680709999113101>

E-mail: allyssonviana@gmail.com

Resumo: Os meios de comunicação estão entre os principais espaços catalisadores das memórias em sociedades contemporâneas (ou midiaticizadas), cumprindo um papel central na constituição das histórias. Com a Lei e o Decreto que sancionam e regulamentam a Comissão Nacional da Verdade no Brasil, percebemos um momento propício de pesquisa com a entrada em cena desse actante. Discutimos o papel dos meios de comunicação na constituição e na estabilização da história do Regime Militar, através das guerras de memórias engendradas nos produtos jornalísticos e fílmicos difundidos no Brasil de 2012 a 2014. Além da adaptação para outra realidade, nossa intenção principal é desenvolver procedimentos metodológicos para operacionalização das guerras de memórias, através de sua articulação com aspectos teórico-metodológicos da midiaticização e da cartografia das controvérsias.

Palavras-chave: Guerras de memórias. Regime Militar. Cartografia das controvérsias. Midiaticização

Introdução

A memória está longe de ser um processo estático. As lembranças e os esquecimentos (ou silenciamentos) que fazem parte de sua estrutura não ocorrem de maneira inocente, mas por meio de disputas e tensionamentos para se transmitir a mensagem desejada, de modo mais ou menos consciente. A memória é, por conseguinte, um lugar de embate objetivando a estabilização de alguma perspectiva. O conceito de guerras de memórias ganha destaque graças a esse processo controverso, dinâmico e não espontâneo de sua formação, especialmente em uma sociedade midiaticizada, na qual o campo e os produtos comunicacionais possuem extrema influência em sua formação; existindo uma relação de forças entre as lógicas das instituições envolvidas. Desse modo, a mediação realizada pelos meios de comunicação possui um papel fundamental, servindo como local em que os conflitos podem ser observados e onde a complexidade social é constituída, não de maneira harmoniosa, mas buscando essa finalidade de consolidação.

As questões debatidas sobre as guerras de memórias acontecem em níveis mundiais, especialmente para debater escravidão, nazismo, colonização e regimes ditatoriais. Portanto, podem ser observados em diversos países e situações, como esclarecem Stora (2007) e Blanchard e Veyrat-Masson (2008). Deste modo, o momento vivenciado pelo Brasil parece oportuno para o estudo, algo já pesquisado na Argentina e no Chile, de acordo com Blanchard e Veyrat-Masson (2008). Aqui, estudos dessa estirpe enfatizam o período do Regime Militar (1964-1985) como época propícia para essa discussão. Mesmo que muitos autores não utilizem esse conceito *ipsis litteris*, observamos suas prerrogativas em diversas pesquisas (CARDOSO, 2012; FICO, 2004; MARTINS FILHO, 2002; ROLLEMBERG, 2006; SCHMIDT, 2007; TEDESCO, 2012). Ainda que não seja o único espaço para a conformação das memórias, para os autores supracitados, a mídia se torna o catalisador central desse processo conflituoso com vistas à constituição da história.

Em nossa sociedade, a extensa produção de conteúdo para os diversos meios de comunicação não permite que alguma memória seja, de fato, esquecida e silenciada totalmente. Ainda que permaneça marginalizada durante um período, ela sempre conseguirá se difundir, em maior ou menor extensão, no espaço público. E os processos (não mais tão) atuais de digitalização e de convergência pelos quais

passam a sociedade dificultam suas não publicações, tendo em vista que cada indivíduo, com um computador conectado à internet, possui a capacidade de divulgar o conteúdo de seu desejo, contendo histórias ficcionais ou documentais, suas ou de outros. De acordo com Louise Merzeau (2010, p. 2, tradução nossa), o “seu modo de difusão [na internet] promove a expressão de minorias. As memórias dissidentes ou relegadas às margens da história oficial são, assim, no espaço de rede de expressão, raramente concedido pelas instituições memoriais e pelos meios de comunicação de massa”¹.

Além disso, quando uma produção é lançada, outras podem desmascará-la ou ao menos lançar uma versão particular dos fatos, isso é o que torna as guerras de memórias vivas, essa “violência das reações” (VEYRAT-MASSON, 2008). Todavia, cumpre explicitar, que observamos não somente uma multiplicação das formas de mediação, mas uma autonomia e relevância da mídia, que influencia diversos outros campos com suas lógicas internas. Quem deseja inscrever suas memórias em um meio de comunicação, deve compreender as melhores formas de fazê-lo para garantir repercussão, afinal, estabilizar é um “mantra tácito”.

Essa influência em toda a sociedade, uma relação de forças de mútua interferência, gera, por conseguinte, uma modificação nas dinâmicas não apenas na mídia, mas, especialmente, em tudo que está ao seu redor, graças às interações realizadas no campo midiático. Não se trata apenas de reconhecer a relevância dos meios de comunicação ao passar dos anos, enquanto mediador, porém, compreender suas articulações e sua centralização nas dinâmicas de outras áreas, das interações sociais e do comportamento humano, perpassando e atravessando essas lógicas e estruturas; a mídia é considerada um sujeito, uma ambiência, uma forma de vida (FAUSTO NETO, 2008). Essa relevância se torna tão patente que o pesquisador Pedro Gomes (2010) defende que a mídia é um *locus* privilegiado, o espaço propício para se desvelar os diversos ângulos para se compreender uma sociedade complexa.

Os meios de comunicação aparecem, nessa perspectiva, como principais catalisadores das memórias, com o cinema cumprindo um papel central na constituição de imaginários, histórias e caixas-pretas, especialmente no tocante às

¹ T.N.: “Son mode de diffusion favorise l'expression des minorités. Les mémoires dissidentes ou reléguées aux marges des histoires officielles trouvent donc sur le réseau un espace d'expression qu'il leur est rarement concédé par les institutions mémorielles et les mass media” (MERZEAU, 2010, p. 2).

controvérsias mnemônicas, como demonstram as pesquisas de Stora (2007, 2008). E esses embates existem porque se busca uma interação com o passado, um sentido com o presente e um desvio da angústia futura, sendo dever da história escutar constantemente as memórias em movimento e questionar suas constituições. A mídia torna visíveis os conflitos mnemônicos os encenando. As abordagens das guerras de memórias consideram essa centralidade ao problematizar a relação memória-mídia-história, pois “não existe ‘guerras de memórias’ sem que se coloque a questão da transmissão (esquecimento ou caráter inaudível) e da mediação, quer dizer, da midiatização (em sentido amplo)” (BLANCHARD; VEYRAT-MASSON, 2008, p. 21, tradução nossa).

Pensando nas brechas (memoriais) das histórias oficiais, os meios de comunicação são importantes não somente por perceber esse processo em sociedades midiatizadas e complexas, mas ainda porque sempre haverá incompletudes nas produções de sentido geradas por eles, permitindo a existência e estimulando as guerras de memórias. Fausto Neto (2008, p. 103) diz que “o trabalho simbólico é constituído por inevitáveis buracos e por desajustes, sendo a incompletude do seu processo a motivação para o desenvolvimento de novos processos de produção de sentidos”. Se instituições e áreas como a religião, política e educação tiveram de se adaptar, ao se tornarem mais dependentes da mídia, não podemos descartar essa influência na historiografia. Dentro deste campo, a memória é uma das mais afetadas, com os produtos midiáticos cada vez mais utilizados como arquivos ou representantes de períodos históricos, partes de um quebra cabeça que não deve ser encaixado inocentemente. Se o cinema e a televisão serão considerados os mais acentuados nos processos de constituição do imaginário, com o jornalismo são salientados os primeiros rascunhos e inscrições da história que se perfaz no cotidiano e no presente.

Para Stora (2007) e Blanchard e Veyrat-Masson (2008), os principais motivos para o surgimento das guerras de memórias são o esquecimento e a manipulação criados e incentivados pelo Estado; em outras palavras, a lacuna entre a história oficial e as lembranças silenciadas, que nunca travam um diálogo possível. O embate mnemônico seria uma reação ao fato de não se ter espaço na narrativa oficial da história e de não se estar representado pelas narrativas conformadas na atualidade. Há um sentimento de injustiça, pois aquilo que se conta (e que se

acredita como real e verdadeiro) não condiz ou coincide com o que alguns grupos e indivíduos se lembram daquela época ou momento. Alguns embates nas guerras de memórias tendem não apenas a trazer uma nova visão ao que se narra na história oficial, mas a rejeitar toda uma tradição. Para Louise Merzeau (2010), as guerras de memórias servem para revelar e fazer surgir novas alianças e estratégias em torno da conformação da memória coletiva e oficial.

Benjamin Stora (2007, p. 108, tradução nossa) identifica que “após as guerras cruéis e os massacres terríveis, vem o tempo do silêncio e do esquecimento aparente. Os atores da tragédia se calam, preferem recomeçar uma vida”, no entanto, as *leis memoriais*² tendem a reabrir as discussões e os embates que estão em latência na sociedade, afinal, uma lei busca sempre fixar um consenso. Desse modo, as leis (memoriais francesas) nascem graças às batalhas engendradas na sociedade e, por vezes, apoiadas por políticos que as nomeiam, como Jean-Claude Gaysot, em 1990, e Christiane Taubira, em 2001. As leis, portanto, se tornam mediadores e actantes nos processos de rompimento de caixas-pretas.

No Brasil, tivemos no período do Regime Militar, em agosto de 1979, a Lei nº 6.683 ou da Anistia, que não permite a punição de todos aqueles que cometeram crimes políticos ou relacionados, desde três anos antes do Golpe Militar, em abril de 1964. A lei se estende a todos os brasileiros, dos militares até os presos e perseguidos, diferente do que ocorreu em outros países latino-americanos que também viveram anos de repressão militar, como Argentina, Chile e Uruguai. Nestes três países, os agentes do governo autoritário foram punidos pelos atos cometidos durante o período em que estiveram comandando o país, como sequestros, torturas e mortes. Os crimes contra os direitos humanos não ficaram impunes.

No tocante às leis, podemos considerar que foi apenas recentemente que duas leis brasileiras se tornaram reais agentes das guerras de memórias (MANCERON, 2008): a Lei de Acesso a Informações Públicas (Lei nº 12.527) e, especialmente, a lei para a criação da Comissão Nacional da Verdade (Lei nº 12.528), ambas sancionadas pela presidenta Dilma Rousseff no final de 2011, mas

² Não podemos confundir essas leis memoriais com as que existem nos EUA, pois estas buscam homenagear alguma vítima, como a lei que coloca um condutor menor de idade para responder judicialmente como um adulto caso provoque um acidente de trânsito. A referida lei americana recebe o nome de uma vítima que foi morta em um acidente de carro, no qual o culpado era menor de idade e estava dirigindo alcoolizado.

regulamentadas e em vigor apenas em 16 de maio de 2012, por meio do Decreto nº 7.724, com a Comissão sendo instalada. Enquanto a Comissão Nacional da Verdade (CNV) investiga e torna pública as violações de direitos humanos cometidas pelos agentes do estado no Brasil de 1946 e 1988 – com atenção especial ao período do Regime Militar (1964-1985), a Lei de Acesso a Informações Públicas visa pôr fim ao sigilo eterno de documentos públicos, estabelecendo o tempo máximo de 50 anos para que toda informação seja acessível por qualquer cidadão, mesmo as classificadas como ultrassecretas – que ocorre em três situações: ameaça à soberania nacional, integridade do território e risco às relações internacionais.

A partir dessas leis, especialmente a da CNV, percebemos um momento propício para um estudo das guerras de memórias, sobretudo numa época em que os meios de comunicação ganham destaque e relevância na sociedade (midiatizada). Em 2014, além da celebração dos 50 anos do Golpe Militar e dos 30 anos das Diretas Já, a Comissão lança um livro³ com as descobertas realizadas nesses dois anos de implementação, funcionando como uma “escuta” para todos que vivenciaram esse período conturbado recente de nossa história. Como defende Pollak (1989, p. 6), “para poder relatar seus sofrimentos, uma pessoa precisa antes de mais nada encontrar uma escuta”.

Com as perspectivas explicitadas acima, este projeto discute o papel dos meios de comunicação na constituição e na estabilização da história do Regime Militar, através dos embates mnemônicos nas produções jornalísticas e fílmicas sobre o período histórico recente mais controverso do país. Abre-se um leque de possibilidades sob as diversas perspectivas abordadas, demonstrando-se, assim, uma temática própria para um estudo sobre guerras de memórias, com produções que enfatizam a participação dos militares e dos militantes, de todos os polos envolvidos e dos demais tons que possam existir entre eles, tendo em vista que existem debates internos em cada grupo. A recente ênfase e estudos sobre as guerras de memórias tornam ainda insuficientes os procedimentos metodológicos empregados pelos pesquisadores que se apropriam do conceito, alguns não considerando a preponderância dos meios de comunicação na sociedade

³ A CNV atuaria até maio de 2014, quando entregaria seu relatório, contudo, o artigo 25 da medida provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013, adiou para o mês de dezembro a conclusão de todas as atividades.

contemporânea, como tentaram Blanchard e Veyrat-Masson (2008), Stora (2008) e Merzeau (2010).

Deste modo, pretendemos dar conta de um conceito ainda embrionário, mas que ganha força em pesquisas de diversas regiões do mundo, verificando de que maneira se abre um horizonte de estudos no Brasil e, principalmente, como melhor desenvolver seus métodos de investigação. Para isso, articularemos os procedimentos metodológicos das guerras de memórias com os de midiatização, por claras aproximações conceituais, e os da cartografia de controvérsias, devido à proximidade de métodos de observação e descrição, além da definição dos fenômenos analisáveis.

Nosso período de análise está circunscrito em torno das discussões da CNV, de 2012 a 2014, que consideramos como propulsora para os debates e estudos das questões apontadas abaixo. Nosso *corpus* é composto por filmes – ficção e documentário – e especiais em telejornais⁴ e sites jornalísticos⁵ – pois a TV é o principal meio de comunicação do país e a internet o que mais cresce, segundo o recente relatório da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (2014) – que trata de aspectos do Regime Militar no período de 2012 a 2014, no qual as discussões em torno das violações ocorridas na época do Regime se tornaram salientes. Para os filmes, nos deteremos naqueles que obtiveram grande repercussão midiática e trataram de aspectos gerais sobre o Regime Militar, não enfatizando e circunscrevendo a vida de apenas um personagem. Os cinco documentários⁶ e as duas ficções⁷ selecionados trazem visões instigantes e inovadoras sobre o período. Esse recorte, todavia, não nos exime do conhecimento das demais obras produzidas nesse curto período e também das que obtiveram grande acolhimento em anos anteriores. Para a análise dos jornais, selecionamos os especiais produzidos sobre os 50 anos do Golpe Militar, considerando ainda a seção

⁴ Aqui, selecionamos os dois telejornais mais expressivos do principal canal privado do Brasil, a *TV Globo* com seu *Jornal Hoje* e *Jornal Nacional*, e do canal público, a *TV Brasil* com as duas edições do *Repórter Brasil*. Todos os telejornais são exibidos no início da tarde e no meio da noite.

⁵ Os sites jornalísticos analisados serão os de âmbito nacional com maior circulação da versão impressa: *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*, que tiveram também extensa produção na época do Regime, possuindo, portanto, arquivos históricos de extrema relevância.

⁶ Os documentários selecionados para análise são: *Memórias do chumbo – O futebol nos tempos do Condor* (2012), *O dia que durou 21 anos* (2013), *Verdade 12.528* (2013), *Militares da democracia: os militares que disseram não* (2014) e *Setenta* (2014).

⁷ *Cara ou Coroa* (2012), *AvantiPopolo* (2012) e *Tatuagem* (2013).

de notícias no site da Comissão, que, constantemente, divulgava novas informações e descobertas.

A escolha do *corpus* considerou a sua relevância na sociedade midiaticizada, afinal, como apontam Blanchard e Veyrat-Masson (2008), a televisão e o cinema se tornaram os principais meios a se nutrirem do passado, com o jornalismo sendo a instituição preferida dos historiadores enquanto fonte e arquivo de guerras de memórias, considerado o primeiro rascunho da história. Benjamin Stora (2008) também põe o cinema como um dos principais catalisadores de memória na sociedade, enquanto Veyrat-Masson (2008) enfatiza a TV como o principal vetor da memória coletiva, responsável pelo modo como vemos o mundo, ainda que seja complementada pelo cinema e pela imprensa como melhores lugares onde estão as memórias e seus embates.

1. O olhar das memórias e das suas guerras

A memória pode ser utilizada para refazer o passado, reescrevendo-o a partir da intenção e dos desejos dos envolvidos. No caso do Regime Militar brasileiro, de um lado, militantes podem omitir ações que para alguns não seriam legítimas, como sequestros e atividades de guerrilha, mesmo justificadas; de outro, os militares tendem a silenciar informações como torturas, sequestros e assassinatos. Normalmente, o conhecimento (das versões) da história é obtido a partir da visão dos heróis, dos reis, dos catequizadores, dos autorizados, ou seja, dos vencedores, mesmo que essa perspectiva não possa ser completamente verificada nesse período histórico recente do Brasil (ROLLEMBERG, 2006). Existem embates mnemônicos, vários interesses e ideologias que brigam para conseguir transmitir sua mensagem para as próximas gerações, seja verdadeira ou não. A intenção é sempre “encaixapretar” suas memórias e torná-las oficiais, a única história autêntica e possível. Para Blanchard e Veyrat-Masson (2008, p. 42, tradução nossa), “a memória é como uma ‘arma’ que exhibe a política ‘tendo’ uma linha de partilha ideológica”.

Essas guerras de memórias existem porque a construção virtual do passado, conforme acredita Silva (2002), é sempre alvo de manipulações políticas e ideológicas. Ainda assim, a partir de uma perspectiva da TAR, acreditamos que

qualquer avaliação que se inicie *a priori* de categorias – especialmente grandes rubricas como essas – pode esconder outras associações existentes. Se esses são fatores principais para a constituição das memórias, eles devem aparecer *a posteriori*, nas relações de forças entre os mediadores que buscam a estabilização das redes.

A história nunca é contada de modo inocente ou espontânea, sem interesse. Toda memória é corrompida em alguma instância pelos interesses dos actantes que buscam essas harmonizações, sejam elas coletivas ou individuais, nacionais ou regionais. A memória nunca pode ser concebida como neutra – mesmo a dos vencidos e a daqueles que não parecem possuir interesse direto na constituição da história oficial –, pois é sempre um processo dinâmico e seletivo, conforme explica João Tedesco (2012). Nas palavras de Blanchard e Veyrat-Masson (2008, p. 29, tradução nossa), “a memória certamente satisfaz uma necessidade, mas também é parte de um processo de produção que opera em um poder evidente”. A memória é formada por um processo conflituoso, manipulado, decorrente do confronto de uma pluralidade de grupos e de mediações, ou seja, nunca é unificada.

Apesar de a memória possuir essa característica mutante e dinâmica, fazendo surgir conflitos e embates em torno da memória oficial, essa especificidade faz com que longos silêncios se esfacem e não permite que se tornem esquecimentos eternos. Ainda assim, não podemos negar que a memória, em algumas ocasiões, “ajuda a prolongar o legado de amnésia dos antecessores” (BLANCHARD E VEYRAT-MASSON, 2008, p. 40, tradução nossa), especialmente quando o controle social ocorre por meio da coerção administrada ou respaldada pelo Estado. Embora o silêncio sobre o passado possa conduzir ao esquecimento, o pesquisador Michael Pollak (1989, p.6) acredita que aquela é apenas uma forma de resistência de uma sociedade impotente diante da opressão do Estado. Em suas palavras, “as fronteiras desses silêncios e ‘não-ditos’ com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento”.

As guerras de memórias descrevem uma conjuntura perigosa, com o desenho dos meandros culturais, econômicos, históricos, militares, políticos e sociais, contudo, esses combates se tornam perigosos quando negam as lembranças sofridas de outros indivíduos, especialmente ao assistirmos o “desenvolvimento de um modo de comunidade memorial da qual cada um conta seus mortos e se recusa

de ouvir a dor do outro” (STORA, 2007, p. 84, tradução nossa). Aqui, como aponta Stora (2008a, 2008b), procuramos não cair no equívoco de colocar a memória como uma prisioneira do passado, repetindo os conflitos de outra época. Por conseguinte, a maturidade, o passar e decorrer do tempo, faz com que as obras imponham questões mais complexas e densas sobre o assunto.

Os pesquisadores das guerras de memórias partem da premissa de que não há memória sem história e se alinha pela relação antagônica entre esses dois polos, na qual a memória pode ser “monopública” – representar pequenos grupos, comunidades ou pessoas –, enquanto a história não escapa de seu dever mais universalista e abrangente. As duas dimensões se entrecruzam, nutrem-se e se confrontam, mas sem possuir barreiras intransponíveis. Com essa distinção e relação, a “guerra” parece sempre iminente, pois se pode reivindicar suas memórias e seu lugar na história oficial transmitida; a memória seria um modo particular de preservação do passado. Como dizem Blanchard e Veyrat-Masson (2008, p. 35), “cada ‘comunidade’, grupo ou coletivo tem a necessidade de reencontrar seu ‘passado’ (...) de reivindicar um lugar no espaço público”, todavia, existe o perigo dessas reivindicações continuarem restritas e nunca se transformarem em memórias compartilhadas. Em nossa concepção, a história seria uma representação do passado constituída por uma confluência de memórias que possuem relação entre si e realizada por agentes autorizados, enquanto a memória seria uma referência ao passado no presente, uma consciência virtual do passado no tempo presente, uma tentativa – nem sempre alcançada – de recordar algo que está ausente.

No Brasil, os estudos sobre guerras de memórias focam, principalmente, o período do Regime Militar, ainda que a maioria dos autores não aproprie exatamente desse conceito, mas das suas concepções basilares, como Cardoso (2012), Fico (2004), Martins Filho (2012) e Rollemberg (2006), Schmidt (2007) e Tedesco (2012), que chegam a usar até expressões para se referir a esses processos memoriais como guerras, batalhas e confrontos. A imprensa e os demais produtos midiáticos trazem perspectivas conflitantes sobre o Golpe Militar, opondo a visão governamental dos agentes militares às das vítimas e dos seus familiares. As memórias dos militantes e dos militares possuem esquecimentos e silenciamentos, sendo algumas até contraditórias, ainda que o principal já tenha sido extraído (FICO, 2004).

“Entre os vencidos que venceram a memória houve uma pluralidade de memórias esquecidas, publicadas sim, mas não conhecidas ou não incorporadas na memória coletiva ou incorporadas como esquecimento”, explica Rollemberg (2006, p. 4). Os militares buscam o esquecimento, sobretudo das torturas, dos assassinatos, dos sequestros e das demais violações dos direitos humanos. Esquecer concilia. Para João Tedesco (2012), é comum os regimes totalitários temerem a memória dos vitimados, fazendo com que adotem o máximo de rituais e mediações possíveis a fim de criar identidade nacional. Conforme esclarece Benito Schmidt (2007), pode-se verificar o embate, de maneira ampla e geral, de duas perspectivas diferentes: de um lado, os militares procuram o esquecimento e o silenciamento dos fatos, procuram “virar a página”; enquanto os militantes deixam a “ferida aberta”, sempre que possível relembrando os acontecimentos dos tempos idos. Nas palavras de Rollemberg (2006, p. 1), “se normalmente a história esquecida é a dos vencidos, na questão do combate à guerrilha haveria como que um movimento perceptivo inverso – a história ignorada seria a dos vencedores”.

O Regime Militar no Brasil apresenta a peculiaridade de que os militares não conseguiram impor sua versão da história e sua memória como a oficial, ainda que tenham desestruturado os grupos de esquerda no início, especialmente até a Lei de Anistia, de 1979. Neste período de abertura política, houve o que Cardoso (2012) denomina de “surto memorialístico”, com extrapolação das denúncias, polêmicas e recordações, dando início à vitória memorial dos militantes. Com os militares percebendo e acreditando que a esquerda venceu esse confronto das rememorações, muitas de suas produções são destinadas a se contraporem às publicações dos militantes. As estratégias para buscarem legitimidade ocorrem através do suporte dos relatos em documentos, fotografias, notícias geradas pelos próprios agentes ou seus apoiadores, conforme pode ser observado nas análises do livro de Lucileide Cardoso (2012).

Rollemberg (2006) e Martins Filho (2002) concordam que os vencedores buscam esquecer e os vencidos, lembrar. Contudo, em nosso caso, os vencedores (militares) perderam as guerras de memórias, tornando-se, desta forma, os vencidos. Michael Pollak (1989) acredita que a história pode ressaltar a memória dos marginalizados e das minorias, opondo-se à memória que deveria ser oficial, dos vencedores do embate. João Martins Filho (2002, p. 180) explica que, “na visão

unânime dos militares, uma vez derrotada, a esquerda esforçou-se por vencer, na batalha das letras, aquilo que perdeu no embate das armas”.

2. Midiatizando as lembranças e os esquecimentos

Neste contexto, as dimensões midiáticas devem sempre ser consideradas, bem como os aspectos sociais, culturais, econômicos, históricos, políticos, religiosos, entre outros. Na sociedade midiatizada, estabelece-se uma centralidade e formas de estruturação em que os meios de comunicação estão “espalhados”, redimensionando, interferindo e permitindo a constituição do que o cerca. Hjarvard (2012, 2014) aponta que a onipresença da mídia alterou a função e estrutura das instituições sociais, tornando, ainda, os meios de comunicação um elemento fundamental para funcionamento dessas instituições, obrigando-as a se submeterem à sua lógica. E não há guerras de memórias sem o processo de mediação e transmissão (ou esquecimento) pelos meios de comunicação; são eles que ampliam e criam esses embates. Na verdade, segundo Blanchard e Veyrat-Masson (2008), entram em cheque os processos de midiatização, mais amplos.

A midiatização não considera a mídia um fenômeno que auxilia a estruturação da sociedade e dos outros campos, ao contrário, é impossível pensar em suas lógicas sem os meios de comunicação, são constituídos pelas operações midiáticas e não compreensíveis sem elas. “As mídias deixaram de ser apenas instrumentos a serviço da organização do processo de interação dos demais campos, e se converteram numa realidade mais complexa em torno da qual se constituiria uma nova ambiência, novas formas de vida e interações sociais” (FAUSTO NETO, 2008, p. 92). Não defendemos, aqui, explicitamente, uma era dos meios de comunicação, mas uma estruturação da realidade que é atravessada pela mídia, sem a qual não poderia ser possível compreender o real, devido às suas diversas construções de sentido e às conformações de outros campos e instituições a partir de suas lógicas.

Neste momento, realizamos uma articulação teórico-metodológica entre as noções de guerras de memórias e de midiatização, compreendendo a preponderância dos meios de comunicação na sociedade contemporânea como relevante em conflitos mnemônicos. Esse desenvolvimento será acompanhado de um contato inicial com as produções sobre o Regime Militar, sobretudo o relatório da

CNV, visando a um levantamento das principais tensões, contradições e conflitos. A intenção é verificar de que forma a história se consolida e solidifica, enfatizando sempre os processos de embates e guerras, através das lembranças e dos esquecimentos.

Como todas as guerras de memórias devem existir em três instâncias: atores, armas e territórios de batalha, descreveremos como se encontram esses três aspectos nas produções jornalísticas e fílmicas sobre o Regime Militar, visando à realização de uma cartografia com os atores – as pessoas ou tecnologias envolvidas –, os territórios de batalha – um levantamento dos assuntos e das contradições – e as armas – os modos e as estratégias como são apresentados os assuntos pelos atores, legitimando ou não o seu discurso, isto é, contribuindo ou não para a estabilização das suas perspectivas. Em paralelo a esse momento analítico, verificaremos de que maneira os meios de comunicação estão implicados nas memórias de cada produto, principalmente como elementos legitimadores, para ratificação ou retificação. Os conteúdos desses produtos se revelam enquanto lugares de constituição de sentido, de desmascaramento de ideologias, através da revelação de suas condições de produção, das suas inscrições.

Antonio Fausto Neto (2010) e Eduardo Vizer (2010) descrevem três aspectos metodológicos para o estudo da midiatização, nos quais se destacam a referencialidade, a correferencialidade (ou inter-referencialidade) e a autorreferencialidade nos meios de comunicação. O primeiro procedimento destaca a produção como operação destinada à construção da realidade, não existindo o acontecimento sem essa interferência, sem o testemunho midiático, dando conta do que se fala. A interreferencialidade empresta a voz aos outros campos sociais – em uma disputa de forças entre eles –, organizando-os como um maestro e obrigando-os a se adequarem e a se submeterem aos seus parâmetros e definições. Dessa forma, observamos novas formas de vinculação, com as lógicas midiáticas no centro das condições de produção, através da análise de com quem se fala. Por fim, a autorreferencialidade é verificável quando os meios de comunicação enfatizam seus próprios discursos e lógicas de funcionamento, sua construção e reconhecimento como actante nos processos de mediação para estabilização e formação de caixas-pretas.

3. Mapeando as controvérsias mnemônicas

A cartografia de controvérsias aparece como um aporte principal para uma articulação teórico-metodológica com as noções de guerras de memórias e de mediatização. Com métodos de observação e descrição estruturados e rigorosos, o mapeamento das controvérsias possui com base a Teoria (do) Ator-Rede (TAR), que possui como criadores Bruno Latour e Michel Callon. As concepções para o desenvolvimento da TAR teve início quando não humanos (micróbios, vieiras, rochas e navios) se apresentaram para a teoria social de uma nova maneira (LATOURE, 1988, 1994, 2008). A base de composição desta teoria são os processos de disputa e negociação das associações em rede que buscam sempre a estabilização de perspectivas e visões de mundo.

Como não existe essência e tudo se dá através da ação – das redes criadas e tecidas pelos mediadores –, torna-se primordial que não partamos de algumas definições fechadas. Não crer que, *a priori*, determinados assuntos ou temas irão utilizar um recurso específico, ou mesmo um tom ou um formato, entre outras questões que nos propomos a verificar. A não essência das coisas faz com que o autor seja enfático quanto à importância da descrição, que deve acontecer de maneira bem feita, afinal, “o leitor deve apreender o conteúdo e o contexto no mesmo movimento” (LATOURE, 1994, p. 34). Para isso, é função do pesquisador deixar os actantes falarem, escutar o que os atores dizem (LATOURE, 2008). A pesquisadora da história e das memórias do Regime Militar, Lucileide Cardoso (2012, p. 28), possui perspectiva semelhante, embora saliente a perspectiva dos humanos, ao falar que a ordem é “deixar falarem os próprios memorialistas”.

Segundo André Holanda (2014), uma das perspectivas mais promissoras da TAR aparece quando sua intenção primordial é a de cartografar o nascimento das controvérsias, isto é, mapear o momento de abertura e desestabilização das caixas-pretas, isto é, dos estereótipos e das estabilizações. A caixa-preta (HARMAN, 2009; LATOURE, 1988, 1994, 2008) designa uma ideia ou argumento que possui laços e associações tão fortes que não é mais percebido como agente (ou actante) na relação ou fenômeno. Em outras palavras, está tão confortável e conformado que se torna imperceptível. Segundo Harman (2009, p. 37, tradução nossa), “toda atividade

humana tem como objetivo criar caixas-pretas”⁸. Em outras palavras, o engajamento dos mediadores para a constituição de caixas-pretas, além de seus processos de abertura, a partir da inscrição de controvérsias. Essas estabilizações, portanto, são constantemente rediscutidas com cada controvérsia posta no jogo das associações.

As controvérsias revelam as mediações que estavam escondidas ou despercebidas atrás das caixas-pretas, trazem-nas para frente da cena, modificando e estimulando outras mediações, fazendo com que outros actantes ajam. Mas essas desestabilizações não ocorrem de modo harmônico, pois a intenção dos mediadores é sempre impor sua visão de mundo, suas perspectivas. Deste modo, a abertura das caixas-pretas só pode ocorrer num jogo, numa relação de forças em uma rede de associações, como, por exemplo, as memórias sobre o Regime Militar, nas quais, grosso modo, os militantes e os militares disputam pela conformação da história oficial. Nesse embate, as lembranças e os esquecimentos são postos em cheque (na mídia, mas não só) de modo não inocente, cada indivíduo e grupo se valendo das estratégias e armas que possuem ao seu alcance, que sejam mais eficientes para consolidação e legitimação das suas visões.

Michel Callon (1986) diz que a ideia é descrever os terrenos onde os embates se estabelecem, não apenas identificando os actantes, mas identificando seus interesses para estabilização. A apropriação em nossa pesquisa se dará através da articulação com as descrições dos atores, das armas e dos campos de batalha (temas) das guerras de memórias e das referencialidades midiáticas, tendo em vista que a descrição pela cartografia de controvérsias já ocorre de modo mais estruturado. Para um dos expoentes da TAR, Michel Callon (1986, p. 394, tradução nossa), “em uma controvérsia nada é mais importante que os mecanismos pelos quais se fixam a identidade dos participantes, os papéis que desempenham e os assuntos que abordam”⁹. Neste momento, podemos perceber uma aproximação natural com a metodologia das guerras de memórias, descrevendo os atores, as estratégias (armas) que utilizam e os assuntos (territórios) que tratam.

De forma básica, Venturini (2010) define controvérsias como situações em que atores discordam, ou melhor, concordam em discordar. Portanto, as controvérsias: envolvem diversos tipos de atores; revelam o social em sua forma

⁸ T.N.: “Allhumanactivityaimstocreateblack boxes” (HARMAN, 2009, p. 37).

⁹ T.N.: “Dans une controverseries n'est pulsimportnat que lesmécanismes par lesquels se fixentl'identitédesparticipants, lesrôlesqu'ilsjouentetlessujetsqu'ilsabordent” (CALLON, 1986, p. 394).

dinâmica, em interação com outros campos; resistem à redução; são debatidas e discutidas sob perspectivas distintas entre os interessados; e proporcionam conflitos entre atores que não possuem igualdade nas ações. Elas podem conservar ou reverter as desigualdades impostas pelas caixas-pretas. Segundo Venturini (2010, p. 262, tradução nossa), “quando você procura por controvérsias, procura onde a vida coletiva é mais complexa”¹⁰. Com a implantação da CNV e a celebração dos 50 anos Golpe Militar, as memórias conflituosas nos meios de comunicação sobre o Regime Militar se perfazem como excelentes controvérsias para análise. Esses momentos de desestabilizações seriam o “magma” social, no qual as associações estão entre os estados líquido (sem mediações) e sólido (estabilizados). E para saber quem é um mediador nessas associações das controvérsias basta verificar se sua presença ou ausência interfere na controvérsia, se ele faz diferença (VENTURINI, 2010).

Apesar de ter sido desenvolvida com Bruno Latour com a Teoria Ator-Rede (TAR), a cartografia das controvérsias não exige uma teoria específica que a acompanhe. Em seu primeiro texto sobre a cartografia das controvérsias, Venturini (2008, p. 2, tradução nossa) explica que “a expansão da cartografia das controvérsias não é apenas ‘territorial’, mas também ‘conceitual’”¹¹. A ideia é dar visibilidades diferenciadas a perspectivas distintas, de acordo com a sua: representatividade, influência e interesse. Se a representatividade se refere à quantidade de atores engajados em uma ou outra visão, o pesquisador deve dar a visibilidade de acordo com a quantidade de aliados. Além do número de apoiadores, a influência dessas associações deve aparecer, tendo em vista que algumas controvérsias são mais centrais aos debates, enquanto outras ficam mais marginalizadas. Por fim, o interesse pode ser salientado, tendo em vista que os desacordos de uma minoria mantêm vivas as controvérsias, oferecendo até novas perspectivas para as discussões.

Tomaso Venturini (2008, 2010, 2012) aponta aspectos previstos na apresentação (ou representação) da cartografia das controvérsias: *glossário* com os elementos que não são controversos, isto é, que compõem as caixas-pretas sobre o

¹⁰ T.N.: “When you look for controversies, search where collective life gets most complex” (VENTURINI, 2010, p. 262).

¹¹ T.N.: “L’expansion de la cartographie de controverses n’est pas seulement ‘territoriale’, mais aussi ‘conceptuelle’” (VENTURINI, 2008, p. 2).

assunto, mesmo em desacordos e discussões. Embora façam parte das controvérsias, esses termos não são controversos per se; *documentos* utilizados durante a pesquisa devem ser explicitados, como análises, anotações, arquivos, entrevistas, lembretes etc.; fala dos actantes observadas na *literatura científica* e nas *produções jornalísticas*, revelando as alianças e as oposições acadêmicas e da opinião pública; *pontos de discórdia e desacordo*, como as controvérsias não podem ser reduzidas a pontos de vistas binários, deve-se traçar como os argumentos são conectados e interligados; *cronologia das controvérsias*, pois uma análise sincrônica seria incompleta, apenas “fotografando” um momento e isolando a controvérsia de todo o seu desenvolvimento histórico; *diagrama de atores e grupos* deve descrevê-los considerando suas alianças, suas oposições e as questões que defendem; *tabela dos cosmos de universos sociais* distintos que interagem para a manutenção ou não das controvérsias, demonstrando como perspectivas distintas encaram um mesmo fenômeno; *espaços para interações, discussões e negações* entre os actantes.

Por fim, explica que “nenhuma controvérsia é uma ilha”, portanto, os pesquisadores têm de realizar uma *escala das controvérsias*, mostrando de que forma uma controvérsia se relaciona com outra. A cartografia das controvérsias também se preocupa com os silenciamentos, quando Callon (1986) defende que se deve enfatizar o que é reprimido ou reduzido. Os esquecimentos devem ser considerados nas etapas anteriores, através de uma comparação entre as próprias produções acrescidas dos documentos oficiais.

Conclusões para um início

A noção das guerras de memórias possui poucos estudos acadêmicos. Com pouco tempo de existência e experimentação, não houve tempo de maturação para uma sistematização mais adequada do conceito. Aqui, propomos não apenas preencher essa lacuna da relação entre memória-mídia-história a partir desse conceito – que considera os embates e os tensionamentos próprios da constituição da memória, especialmente numa sociedade mediatizada –, mas ainda verificar de que forma ele pode ser observado em outra realidade social, cultural, econômica e política, com bastantes diferenças da França, como o Brasil.

Nossa proposta é desenvolver procedimentos metodológicos específicos, através de uma articulação das guerras de memórias com a midiatização e a cartografia das controvérsias, pois sua aplicação ainda é embrionária e podemos enxergar uma lacuna metodológica, não apenas na área da comunicação, tendo em vista a apropriação do conceito por esta ciência. Preocupamo-nos em compreender como se comportam as guerras de memórias em uma realidade distinta da qual o conceito surgiu e costuma ser aplicado, a saber, a relação entre a França e suas ex-colônias africanas – com especial atenção para a Argélia –, mas também em colaborar com um incremento conceitual para melhor observação e descrição do fenômeno, através de um aprimoramento metodológico com articulações teórico-metodológicas com as noções de midiatização e cartografia das controvérsias.

Referências

BLANCHARD, Pascal; VEYRAT-MASSON, Isabelle. **Les guerres de mémoires**: La France et son histoire, enjeux politiques, controverses historiques, stratégies médiatiques. Paris: La Découverte, 2008.

CALLON, Michel. Eléments pour une sociologie de la traduction: la domestication des coquilles Saint Jacques et des marins-pêcheurs dans la baie de Saint Brieuc. **L'année Sociologique**, numéro spécial, 1986, p. 381-399.

CARDOSO, Lucileide. **Criações da memória**: defensores e críticos da Ditadura (1964-1985). Cruz das Almas: Editora da UFRB, 2012.

FAUSTO NETO, Antônio. Fragmentos de uma analítica da midiatização. **Matrizes**, n. 2, 2008, p. 89-105.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, n. 47, 2004, p.29-60.

GOMES, Pedro. Buscando o objeto para encontrar a metodologia (ou fenomenologia da midiatização). In: FAUSTO NETO, Antônio; VALDETTARO, Sandra. (Orgs.). **Mediatización, sociedad y sentido**: diálogos entre Brasil y Argentina. Argentina: UNR Editora, 2010, p. 91-106.

HARMAN, Graham. **Prince of networks**: Bruno Latour and metaphysics. Melbourne: Re.press, 2009.

HJARVARD, Stig. Midiatização: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural. **Matrizes**, São Paulo, ano 5, n. 2, 2012, p.53-91.

_____. Midiatização: conceituando a mudança social e cultural. **Matrizes**, São Paulo, v. 8, n. 1, 2014, p. 21-44.

HOLANDA, André. **Traduzindo o jornalismo para tablets com a Teoria Ator-Rede**. Tese (Doutorado em Comunicação). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: 34, 1994.

_____. **The pasteurization of France**. United States of America: Harvard College, 1988.

_____. **Reensamblar lo social**: una introducción a la teoría del actor-red. Buenos Aires: Manantial, 2008.

MANCERON, Gilles. La loi: régulateur ou acteur des guerres de mémoires? In: BLANCHARD, Pascal; VEYRAT-MASSON, Isabelle. **Les guerres de mémoires**: La France et son histoire. Paris, La Découverte, 2008, p. 241-251.

MARTINS FILHO, João. A guerra da memória. A ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. In: **Varia História**, n. 28, 2002, p. 178-201.

MERZEAU, Louise. Guerres de mémoires en ligne: un nouvel enjeu stratégique. In: **Halshs-00488408**, 2010.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

ROLLEMBERG, Denise. Esquecimento das memórias. In: MARTINS FILHO, João. (Org.). **O golpe de 1964 e o regime militar**. São Carlos: Editora UFSCar, 2006, p. 81-91.

SCHMIDT, Benito. Cicatriz aberta ou página virada? Lembrar e esquecer o golpe de 1964 quarenta anos depois. In: **Anos 90**, Porto Alegre, v. 14, n. 26, 2007, p. 127-156.

SILVA, Helenice. "Rememoração"/comemoração: as utilizações sociais da memória. In: **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 22, n. 44, 2002, p. 425-438.

STORA, Benjamin. **La guerre des mémoires**. La France face à son passé colonial (Entretien avec Thierry Leclère). Paris, L'Aube, 2007.

_____. La guerre d'Algérie: la mémoire, par le cinéma. In: BLANCHARD, Pascal; VEYRAT-MASSON, Isabelle. **Les guerres de mémoires**: La France et son histoire. Paris: La Découverte, 2008, p. 262-272.

TEDESCO, João. Memórias em batalhas: dimensão política da memória. **Cadernos do CEOM** – Ano 25, n. 34, 2012.

VENTURINI, Tomasso. Building on faults: how to represent controversies with digital methods. **Public Understanding of Science**, 21, 2012, p. 1-21.

_____. Diving in Magma: how to explore controversies with actor-network theory. **Public Understanding of Science**, v. 19, n. 3, 2010, p. 258-273.

_____. La cartographie de controverses. **Communication au Colloque CARTO 2.0**. Paris, France, 2008, p. 1-7.

VEYRAT-MASSON, Isabelle. Les guerres de mémoires à la télévision. In: BLANCHARD, Pascal; VEYRAT-MASSON, Isabelle. **Les guerres de mémoires**: La France et son histoire. Paris: La Découverte, 2008, p. 273-286.

Texto científico recebido em: 10/09/2014

Processo de Avaliação por Pares: (*Blind Review* - Análise do Texto Anônimo)

Publicado na Revista Vozes dos Vales - www.ufvjm.edu.br/vozes em: 31/10/2014

Revista Científica Vozes dos Vales - UFVJM - Minas Gerais - Brasil

www.ufvjm.edu.br/vozes

www.facebook.com/revistavozesdosvales

UFVJM: 120.2.095-2011 - QUALIS/CAPES - LATINDEX: 22524 - ISSN: 2238-6424

Periódico Científico Eletrônico divulgado nos programas brasileiros *Stricto Sensu*
(Mestrados e Doutorados) e em universidades de 38 países,
em diversas áreas do conhecimento.